

Helena, amiga

estou remetendo as minhas breves anotações. por favor, quando uma cópia xenográfica delas pr mim, redigi muito rapidamente e a carta ficou meio "falhada" e "pouco exaustiva". piora, e' o q foi possível fazer agora.

deixei viagens pr o Maranhão em fins de julho. antes disto passarei por aí.

um abraço forte em Maria Clara.

aqui no Etio está fazendo um frio terrível. estranhamente m tanto saudade da praiz.

gg. coisa os telefones de meus pais são os seguintes:

03 2441-2478

03 2441-2834

todos os dias tem portador daqui pr a cidade e vice-versa.

Minas mantém tudo para mim uma taxa de unit, mistérios.

Beijos

Elfeido

→ Sãto em trabalho meu no livro OS DOLOS DO TERRE, coleção - IBGE, 1984. sb. a situação fundiária da "provincia NOVA CARAJÁS"

Cara Helena,

recebi o exemplar da publicação intitulada "Carajas Iron Ore Project. CVRD Cares: The essential: human, environmental, social - work undertaken by CVRD. 1984 Edition." Desde logo agradeço a gentileza de te-la remetido. Li os relatórios nela arrolados e, numa primeira leitura, conforme sugeres, foi possível observar o seguinte:

- a) quem inicia a leitura pela ordem proposta no sumário se defronta com uma espécie de "biografia da CVRD", que parece mais preocupada em afirmar a probidade da instituição face a envergadura do projeto e as metas preconizadas. Provavelmente, porque destinada a públicos estrangeiros tenha se dado maior ênfase a este histórico institucional. Itaboraita funciona como a grande experiência anterior que logrou êxito, capaz de ser projetado sobre a Serra dos Carajas e adjacências. E de tal monta esta preocupação que muitas vezes os relatórios, notadamente a "Part A" acabam fornecendo dados e informações mais completos sobre a atuação da CVRD em Minas Gerais e no Espírito Santo do que no Pará.
- b) aparando, de antemão, as possíveis críticas o relatório se apressa em sublinhar o que chama de "evolução da consciência ecológica da cia.". Busca evidenciar uma sintonia entre seus atos e as resoluções da Conferência de Stocolmo. Exalta, de outro lado, a sua capacidade de previsão face a pressão dos fluxos migratórios, por intermédio da montagem de uma infraestrutura que implica na construção de novos núcleos habitacionais. Chama a atenção para a sua ação harmonica na indenização, transferência e assentamento de populações diretamente atingidas pelo projeto, principalmente, no Itaquí e na construção da linha férrea. Enfatiza sua ação coordenada com a de outras agências governamentais, incluindo-se aquelas de investigação e pesquisa científica em diversos domínios tais como: botânica, geologia, zoologia, arqueologia, antropologia... Do mesmo modo procede, quando menciona a ação conjunta com associações profissionais e voluntárias que indicam "especialistas" para diferentes atividades previstas nos cronogramas da implantação do projeto. Decanta suas medidas assistenciais aos grupos indígenas localizados na região atingida. Bem a gosto dos textos burocráticos vale-se destes distintos endossos para atestar a eficácia de seus métodos de ação que são apresentados como conjugando de forma adequada a apropriação do conhecimento científico com uma prática empresarial de exploração de minérios.
- c) ao pretender passar semelhante representação alguns problemas se insinuam. O mais geral deles diz respeito ao não esclarecimento sobre o peso relativo da cia. face ao conjunto da intervenção governamental nesta região de fronteira. O projeto mencionado é apenas uma dentre as inúmeras medidas que transformam econômica e sociologicamente esta imensa região geográfica que, inclusive, transcende bastante aos dois municípios para os quais o relatório chama a atenção. O relatório ao se restringir as atribuições específicas da cia. e apenas a elas, sem relativizá-las, passa uma ideia de poder real e efetivo que certamente ultranassa aquele disponível ou ao seu alcance. A cia. não desfruta, por ex., de autonomia para decidir sobre um conjunto de questões dentre as quais pode-se mencionar: a política de migrações (dirigidas), a ampliação dos núcleos urbanos regionais, traçado da rede rodoviária e mesmo ferroviária, autorização para a exploração dos garimpos que

se multiplicam na área, a regularização fundiária mesmo das terras em que se localizam as jazidas, o estabelecimento e a manutenção das áreas de reflorestamento, o problema da demarcação das terras indígenas etc. etc. etc.

Algumas passagens do texto sugerem, por exemplo, que os problemas de indenização, novo assentamento de populações, se limitam aqueles exemplos concretos que estão sendo apresentados. Mesmo que o sejam a nível operacional do Projeto Ferro, não o são, em verdade, quando se sabe que este projeto tal como os demais prevê mudanças econômicas drásticas na região, alterações ecológicas vastíssimas. Como separar, por ex., o Projeto Ferro e "sua" ferrovia da implantação da Alcoa na Ilha de São Luís? (*) Como separá-lo da devastação dos manguezais, dos açaiçais e demais cocais em toda a Pre-Amazônia Maranhense? Como excluí-lo do uso disseminado de agrotóxicos na eliminação de castanhais? (**) e nas áreas de atuação da Elettronorte?

Creio que esta abrangência tem que ser discutida. E as decisões específicas relativizadas.

c.1) outros problemas prendem-se à ilusão de rigor que a pretensa objetividade burocrática comete.

- ausência de dados sobre a região do projeto no que diz respeito às atividades de reflorestamento. Atividade que com relação ao Centro-Sul se obtém farta documentação. Na pag. 11, por ex., se menciona com dados quantitativos as espécies plantadas no P. Tubarão, em Linhares. Quanto à área citada do Maranhão não se fornece quaisquer especificação (senão nº de ha. e município). Há um claro descompasso nos dados acionados.

- ocorre uma imprecisão na caracterização dos fluxos migratórios. Subestima-se o movimento das frentes de expansão (ou até se o ignora) e das investidas de garimpeiros nestas áreas. No primeiro caso sequer se lança mão dos dados do censo dem. de 1980 (aliás certamente já defasados); no outro, a pressão dos garimpeiros tem sido superior às estimativas da cia. gerando um clima de conflito permanente. (Cite-se para ex. os conflitos com mortes nos garimpos recém-abertos no município de S. Felix do Xingu, ocorridos no último mês de abril).

No caso da frente camponesa recorde-se ainda que as margens do Itacaiunas vem sendo ocupadas numa intensidade surpreendente.

- incide numa visão colonizadora ao se referir à produção econômica regional e seus resultados ("atividade primária, economia de subsistência"). Revela desconhecimento da economia camponesa e dos resultados de sua produção. Sequer consulta os dados do Censo Agropecuario e trata estas populações do ponto de vista "assistencial", como se aí residisse a questão.

- trata como questão técnica a construção do porto (de águas profundas) e da ferrovia (inclinação do solo até o golfo), omitindo suas implicações sociais (povoados separados de suas áreas de plantio, de suas aguadas etc.) e mesmo "técnicas" (o estreitamento excessivo das passagens sob os trilhos) etc etc...

(*) consulte documento sobre a decisão do Poder Judiciário sobre a Ação Popular impetrada contra a Alcoa. Conite de Defesa da Ilha. março 1984

(**) consulte trabalho do agrônomo Sebastião Pinheiro apresentado no I Congresso de Agronomia da Amazônia. Belém, abril de 1984. O autor e a Secretaria de Agricultura do Para possuem os "tanques" da destruição dos castanhais e tb. um conjunto esplêndido de fotos.

-os conflitos de terra são mencionados rapidamente na pág. 51 e de forma burocrática dizendo que o GETAT deles está encarregado...

-as perspectivas para o futuro são alinhadas dentro da compatibilização entre o crescimento econômico e a capacidade de conservação dos recursos naturais (p. 54). Por aí é que se acena com o desenvolvimento regional. Os dados quantitativos acerca dos desmatamentos, principalmente aqueles levados a cabo pela maioria dos 450 projetos agrários aprovados pela SUDAM que se localizam nesta área, e pelas empresas madeireiras na última década deveriam ser dispostos ao público. Isto concorreria para se pensar como as atividades de "conservação" (condição do crescimento econômico segundo os autores) constituem, em verdade, uma gota d'água no oceano.

Creio que a Sudam possui uma tabela da utilização de áreas (desmatamentos, utilização em pastagens, benfeitorias, lavouras etc.) pelos grandes projetos.

A pp. CVRD que desmatou ou ocupou mais de milhão de ha. apresenta como área de reflorestamento dez mil ha. e assim mesmo sem qualquer especificação de que tipo de reflorestamento foi feito. Quem passou pela referida área que situa-se no município de Bom Jardim afirma que trata-se de área "devastada" como as demais. Isto se se pensar dentro das premissas que os autores se utilizam.


-restringindo sua ação como "governamental" nada adianta sobre sua relação com as empresas privadas que estão sendo implantadas na região (caso das mineradoras como a Multiplic...)

-em algumas passagens tem-se a impressão de que os novos núcleos urbanos como Carajas e Parauebas atenderão a demanda e a "pressão demográfica". Deixam excavar as transformações porque está passando a rede urbana regional e as ações de ampliação dos patrimônios (vide ação de arrecadação do GETAT).

-o material cartográfico apresentado como sempre é "econômico" e parece não acreditar que exista uma miríade de novoados e pequenos agrupamentos denominados regionalmente "centros" que estão, por assim dizer, a espreita da linha férrea e seus possíveis ramais (ex. de Paragominas), da "faixa de segurança" do Projeto Ferro e seus desdobramentos.

Bom Helena, vou ficando por aqui.

Um grande abraço e espero que, posteriormente, possamos trocar umas ideias de maneira mais sistemática sobre a documentação.


Alfredo Wagner

Wagner. 28-05-84